

CONGRESSO NACIONAL

Acontece hoje (05/07) sessão do Congresso Nacional para analisar diversos vetos do Presidente da República. Entre os vetos: a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, também conhecida como Lei Aldir Blanc 2; a gratuidade do despacho da bagagem nos vôos; o abatimento de até 99% das dívidas de estudantes com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), e outros.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

As sessões deliberativas acontecem: segunda-feira (17h), terça-feira (1ª sessão às 10h e 2ª sessão após a sessão do Congresso Nacional), quarta-feira (13h55) e quinta-feira (9h). Estão na pauta as seguintes matérias:

- Requerimento 962/22, dos Srs. Líderes, que urgência para apreciação do PL 658/2021, do dep. Zé Vitor (PL-MG), que dispõe sobre a *classificação, tratamento e produção de bioinsumos por meio do manejo biológico on farm*, ratifica o Programa Nacional de Bioinsumos e dá outras providências. A iniciativa de apresentação da proposição, estratégia das organizações ruralistas, visa a busca de alternativa para enfrentar o incremento nos custos dos insumos químicos na grande exploração agrícola. A nosso ver, tal matéria deveria tramitar no âmbito de uma Comissão Especial.

- Requerimento 963/22, dos Srs. Líderes, que requer urgência para apreciação do PL 2942/2019, do Senado Federal, que estabelece que informações obtidas em estudos de impacto ambiental em ocasiões anteriores poderão ser aproveitadas no licenciamento de outros empreendimentos localizados na mesma região. O PL poderá afetar as comunidades tradicionais da Amazônia na liberação de grandes empreendimentos.

COMISSÕES DA CÂMARA

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia - CINDRA

- A CINDRA vai realizar uma audiência pública amanhã (06/07) para discutir como *grandes obras de infraestrutura para transporte e geração de energia e grandes projetos de mineração têm afetado a vida de comunidades de povos tradicionais do Pará*. O dep. Airton Faleiro (PT-PA), que solicitou o evento, alerta sobre uma proposta do Governo do Pará para regulamentar a consulta a comunidades tradicionais atingidas por grandes projetos. Ele aponta para divergências sobre como a população pode participar das

discussões sobre a mitigação e compensação dos impactos socioambientais.

- O dep. José Ricardo (PT-AM) apresentou o Requerimento nº 27/2022 que solicita a realização de uma audiência pública para *debater a Regularização Fundiária em terras da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) no Estado do Amazonas*". A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) publicou edital, em fevereiro do ano corrente, leiloando cerca de 250 lotes de terras que estão localizadas no Distrito Industrial, Zona Sul de Manaus, e nas áreas do Distrito Agropecuário, em Rio Preto da Eva. No entanto, esses terrenos já são ocupados por trabalhadores rurais, que atuam na agricultura familiar da capital e do município. Muitos vivem no local há quase 50 anos e estão lutando pela suspensão do edital de concorrência e pela regularização fundiária dos ocupantes. Existe grande preocupação de conflito fundiário nesta questão.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR

- PL 6079/2019, do dep. Camilo Capiberibe (PSB-AP), que "cria a *Política Nacional de Incentivo ao Agroextrativismo Familiar na Amazônia e fundo nacional para apoiar essa política pública*". O relator, dep. Bosco Costa (PL-SE), deu parecer pela aprovação. Trata-se de uma proposição importante e estratégica por sinalizar um caminho para a sustentabilidade da biodiversidade da Amazônia com o protagonismo de extrativistas familiares.

- PL 3768/2021, do dep. Zé Vitor (PL-MG), que "Dispõe sobre a *regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária*". O relator, dep. Alceu Moreira (MDB-RS) deu parecer pela aprovação. O PL pretende alterar a lei agrária (8629/1993) para municipalizar o processo de seleção dos beneficiários da reforma agrária mediante convênio com o Incra. De interesse da bancada ruralista, o PL, em tese, beneficia ainda mais a regularização de terras em projetos de assentamentos onde existe comercialização de lotes.

Comissão Mista de Orçamento - CMO

A CMO aprovou, na última quarta-feira (29/06) o relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - PLN 5/22), que determina as metas e prioridades para os gastos públicos do ano que vem e oferece os parâmetros para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária (LOA) para 2023. A proposta agora deve ser analisada pelo Plenário do Congresso Nacional. Entre os pontos mais

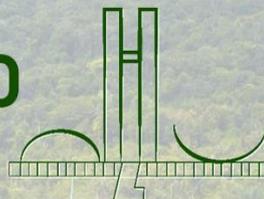


Ano 2022, nº 035

SEMANA no CONGRESSO

Incidência Política - REPAM-Brasil

04 a 08 de julho de 2021



Contate-nos:

comunica.amazonia@cnbb.org.br

O presente informe tem por finalidade socializar o cronograma de atividades relativas a Amazônia, pautadas pelo Congresso Nacional, para a semana corrente e não tem por objetivo ser um subsídio de reflexão.



Edição dedicada à memória de Dom Cláudio Hummes

polêmicos da votação está o dispositivo inserido pelo relator, sen. Marcos do Val (Podemos-ES), para tornar obrigatória a execução das emendas de relator-geral do Orçamento.

SENADO FEDERAL

COMISSÕES DO SENADO

Comissão de Meio Ambiente - CMA

As propostas do Fórum da Geração Ecológica, voltadas para o fomento de uma nova economia, foram aprovadas por unanimidade pela CMA na última quarta-feira (29/06). Entre as propostas do relatório, está a criação de uma *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável*, que garanta investimento no chamado hidrogênio verde, fonte de energia limpa. De iniciativa do presidente da CMA, sen. Jaques Wagner (PT-BA), o fórum funcionou por um ano, em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

OUTROS INFORMES

Sancionada a Lei 14393/2022 – Campanha Junho Verde

Foi sancionada, hoje (05/07), a Lei 14.393/22 que dispõe sobre a *Política Nacional de Educação Ambiental e institui a Campanha Junho Verde*. *A inspiração desta lei é proveniente da CNBB a partir da Encíclica Laudato Si', do Papa Francisco.*

Ministro Barroso suspende despejos e desocupações até 31 de outubro

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso prorrogou até 31 de outubro deste ano a suspensão de despejos e desocupações, em razão da pandemia de covid-19, de acordo com os critérios previstos na Lei 14.216/2021.

A Equipe de incidência que produz este informe sobre a realidade da Amazônia nas proposições dos poderes da República manifesta pesar pelo falecimento do grande defensor da Amazônia e dos povos tradicionais, cardeal Cláudio Hummes. A edição deste informe é dedicada à sua memória.